



Documento Assinado Digitalmente por: CLAUDOMIRA DE ANDRADE MORAIS FERREIRA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 58f40b55-cb69-43d2-9ded-c91fccc0943d

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 001/2021
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS- IPSPG
CNPJ: 04.664.996/0001-90

Relatório de Monitoramento em todos os setores e departamentos.

Controlador Interno: Joseraldo Rodrigues Bezerra Filho

Modalidade de Fiscalização: Auditoria Operacional

Objetivo: Avaliar os procedimentos operacionais, atos administrativos, pessoal, avaliar desempenho (com critério na Lei), implementação e monitoramento de tarefas especializadas, tais como autuações, lançamentos, atendimento aos contribuintes e beneficiários, aplicabilidade e efetividade da legislação em vigor.

Período abrangido pela Auditoria do Controle Interno: 2021

Período de realização do monitoramento: Janeiro a Dezembro de 2021

Execução e Relatório: 01/01/2021 a 31/12/2021

UNIDADE AUDITADA: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Do Município de Garanhuns-PE - IPSPG

Vinculação: Executivo Municipal

Responsável da Unidade Auditada: Claudomira de Andrade Moraes Ferreira.



1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garanhuns em obediência aos princípios do orçamento, planejamento e do controle de seus atos administrativos, bem como, da lei de Responsabilidade Fiscal e, sobretudo, as determinações da Resolução TC 153/2021 de 15 de dezembro de 2021, por meio de seu órgão de controle apresenta o relatório das atividades e acompanhamento das determinações do TCE/PE.

Como instrumento de apoio administrativo, além do exercício fiscalizatório natural, o controle interno do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais do Município de Garanhuns-IPSG, visa ensejar uma maior seguridade de forma prévia, síncrona e subsequente.

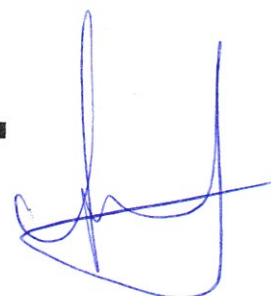
Para a elaboração do presente, foram realizadas análises de demonstrativos fornecidos pelos setores do RPPS, evidenciando os resultados obtidos nos diversos segmentos administrativos.

2- ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS DO IPSG RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2021.

2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O IPSG enviou todos os relatórios contábeis para que possamos fazer a análise necessária, e verificamos, através das Receitas Orçamentárias, que não existe contribuinte inadimplente junto ao Instituto nas contribuições dos servidores, como também na patronal.

Ademais, no que concerne aos valores de contribuições suplementares, ficou constatado a inadimplência da Autarquia de





Ensino Superior de Garanhuns-AESGA, Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte-AMSTT, Prefeitura Municipal de Garanhuns e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, esse último efetuou o pagamento referente ao débito imanente aos meses de janeiro a agosto de 2021.

Diante disso, o IPSPG através do setor de contabilidade encaminhou notificação dos valores em atraso com correção monetária e juros, conforme preconiza a legislação.

Verificou-se ainda, que o Instituto não ultrapassou o limite de 2% (dois por cento) da Taxa de Administração, obedecendo a Lei Municipal nº 3891/2013, correspondente a remuneração total da folha de pagamento do exercício anterior (2020) utilizada para o exercício de 2021, no valor de R\$ 108.360.089,05 (cento e oito milhões e trezentos e sessenta mil e oitenta e nove reais e cinco centavos), sendo assim, a taxa de administração para o exercício de 2021 é R\$ 2.167.201,78 (dois milhões e cento e sessenta e sete mil e duzentos e um reais e setenta e oito centavos).

Nessa conformidade, o IPSPG utilizou R\$ 1.147.722,47 (um milhão e cento e quarenta e sete mil e setecentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos), o que equivale a um percentual de 1,06% (um inteiro e seis centésimos).

Competência	Valor Utilizado da Taxa Administrativa
jan/21	R\$ 33.416,10
fev/21	R\$ 73.469,74



mar/21	R\$ 72.681,09
abr/21	R\$ 87.526,32
mai/21	R\$ 94.281,20
jun/21	R\$ 82.881,97
jul/21	R\$ 102.722,16
ago/21	R\$ 91.276,01
set/21	R\$ 101.498,54
out/21	R\$ 113.127,28
nov/21	R\$ 123.586,50
dez/21	R\$ 171.255,56
Total	1.147.722,47

2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Verificamos relatório detalhado de todas as aplicações, índices de rendimentos dos fundos de investimentos aplicados e podemos observar que consta uma inconsistência, em razão de desenquadramento em um dos nossos fundos, o MULTINVEST INSTITUCIONAL IMA-B 5 FI RENDA FIXA (21.937.782/0001-60), em virtude do limite da porcentagem do patrimônio líquido do fundo, baseado no art. 14 da Resolução CMN 3.922/2010.

Ademais, no tocante ao desenquadramento do fundo MULTINVEST INSTITUCIONAL IMA-B 5 FI RENDA FIXA em relação ao art. 14 da Resolução CMN 3.922/2010 e suas alterações. O referido artigo determina:

"Art. 14. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, observado o disposto no art. 12".





Com base nas informações de novembro de 2021, as cotas do IPSEG representam 16,47% do Patrimônio Líquido do fundo, por isso, foi gerada a notificação de irregularidade, porém, esse desenquadramento foi passivo, ou seja, não ocorreu por ação direta do Instituto de Previdência.

Todavia, no exercício de 2021 houve um aumento no patrimônio líquido do Instituto no total de R\$ R\$ 8.422.944,79 (oito milhões e quatrocentos e vinte e dois mil e novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos), restando claro que o patrimônio do IPSEG está sendo aplicado em fundos confiáveis, obedecendo a critérios de boa governança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

1.3 DA GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA

Durante o exercício foi realizada prova de vida junto ao instituto de previdência, a esse ato compareceram 938 servidores aposentados e pensionistas até o dia 17 de dezembro de 2021.

Nessa conformidade não compareceram até a data limite, 104 aposentados e pensionistas, em razão disso tiveram o benefício suspensos.

1.4 ANÁLISE DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Durante o exercício foram concedidas 47 aposentadorias e 14 pensões por morte, totalizando 61 concessões de benefícios, desse total, 09 processos de aposentadoria se encontram sobre análise e 01 foi julgado ilegal pelo TCE-PE.

Ademais, dos 14 processos de pensão por morte, 02 se encontra em análise pelo site do TCE-PE.

Todos os processos de Benefícios concedidos no exercício de 2021 foram enviados ao TCE-PE, através do Sistema E-CAP,





conforme preconiza atual legislação previdenciária, para serem analisados quanto a sua legalidade e posteriormente homologados.

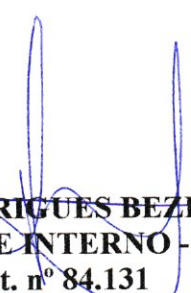
2. CONCLUSÃO

A responsabilidade do Controle Interno habita, na cumprimento e auxílio dos processos operacionais, decorrentes dos atos e fatos administrativos da Previdência Municipal, com a análise dos resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, além das condições para a realização da despesa total.

Outrossim, não se constatou nenhuma ação ou omissão do Gestor que suscite em instauração de procedimentos para Tomada de Contas no decorrer do Exercício ou mesmo quaisquer outras modalidades de auditoria.

Por fim, quanto às atribuições da Unidade de Controle Interno, que todas as atividades desenvolvidas, bem como os relatórios realizados e outras comunicações encontram-se devidamente arquivadas e disponíveis para análise desse Egrégio Tribunal de Contas, no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garanhuns-IPSPG.

Garanhuns-PE, 31 de dezembro de 2021.


JOSERALDO RODRIGUES BEZERRA FILHO
CONTROLE INTERNO - IPSPG
Mat. nº 84.131